

Para banqueiro, crise é culpa da Constituinte

São Paulo — O Brasil perdeu a grande oportunidade de promover o pacto social, quando decidiu convocar a Assembléia Nacional Constituinte, afirmou ontem o presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Antônio de Pádua Rocha Diniz.

«A verdade é que nós metemos os pés pelas mãos, pois no Brasil são muito pouco os homens públicos que não têm o seu projeto pessoal», desabafou Diniz. «Perdemos a chance de ouro para fazer o grande pacto social entre Governo, setor privado e trabalhadores».

Para o presidente da Febraban basicamente são três as razões para que o Brasil se encontre hoje

na pior crise política-econômica de sua história. A primeira é a falta de decisão política do Governo para tomar qualquer atitude mais firme. O mais grave, assinalou o banqueiro, é a incapacidade das autoridades em enfrentar o problema do déficit público. Além disso, o presidente da Febraban destacou o «modo desastroso» com que a nova República «não só na gestão do ministro Bresser Pereira, mas também de Dilson Funaro e Francisco Dornelles» — tem adotado para a renegociação da dívida externa.

Finalmente Rocha Diniz apontou a «confusão e os desacertos» que cercam a discussão para a formação da nova Carta Constituinte.

Quércia adverte sobre falta de entendimento

São Paulo — Se os senadores e deputados constituintes não chegarem a um entendimento quanto ao regimento interno, o País corre o risco de não ter sua nova Constituição aprovada no primeiro semestre do próximo ano, e sobretudo as eleições para a Presidência da República poderão ser transferidas para o ano seguinte à promulgação da Constituição. Essa advertência foi feita pelo governador Orestes Quércia, que já não «arrisca» nenhuma opinião quanto aos problemas que têm sido registrados na Constituinte: «Olha, nem sei o que vai acontecer, porque a coisa está confusa».

Tudo isso, segundo Quércia, deve-se à falta de entendimentos entre os próprios constituintes, que

poderão tornar a situação cada vez mais difícil: «se não houver consenso para aprovação, dificilmente teremos uma Constituição, sei lá, até junho ou julho. E isso seria muito ruim. Então, não sei o que vai acontecer. E preciso que haja um entendimento, pelo menos com relação ao regimento interno e, depois faça-se a votação. Quer dizer, quem tiver mais de 280 votos aprova as medidas. E eles não estão conseguindo chegar ao acordo e isso é muito ruim». Perguntado então se a falta de acordo poderia prejudicar a realização de eleições diretas para presidente da República em 1988, Quércia respondeu: «do jeito que está indo, é capaz de não ter nem eleição e nem constituição».